



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**PROGETTO TAMANDARÈ: um estudo de caso sobre a utilização de
instrumentos de controle e planejamento em creches**

MARCOS DANILO DOS SANTOS SILVA

RECIFE

2022

MARCOS DANILO DOS SANTOS SILVA

PROGETTO TAMANDARÈ: um estudo de caso sobre a utilização de instrumentos de controle e planejamento em creches

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito básico para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Pereira de Andrade

Coorientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia Fontes de Vasconcelos

RECIFE

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do
SIB/UFPE

SILVA, M. D. S.

PROGETTO TAMANDARÊ: um estudo de caso sobre a utilização de
instrumentos de controle e planejamento em creches / MARCOS DANILO dos
Santos Silva. - Recife, 2022. 29p

Orientador(a): Álvaro Pereira de Andrade

Cooorientador(a): Ana Lúcia Fontes de Vasconcelos

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Contábeis -
Bacharelado, 22.

Inclui referências, apêndices.

1. contabilidade gerencial. 2. creche. 3. controles internos. 4. planejamento.
5. terceiro setor. I. Andrade, Álvaro Pereira de . (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

MARCOS DANILO DOS SANTOS SILVA

PROGETTO TAMANDARÉ: um estudo de caso sobre a utilização de instrumentos de controle e planejamento em creches

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em: 12/12/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Álvaro Pereira de Andrade
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. José Nelson Barbosa Tenório
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Evaldo Santana de Souza
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho à minha mãe e
ao meu filho, a razão de eu nunca ter
desistido.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar a utilização de ferramentas de controle gerencial para auxiliar as fases de planejamento e decisões de longo prazo por entidades do terceiro setor, em atenção especial às creches, trazendo o contexto do seu papel intrinsecamente ligado ao social. Por meio do método indutivo e de um estudo de caso único, realizado no Progetto Tamandaré, na Associação Pe. Enzo, localizada no município de Tamandaré, no interior do estado de Pernambuco, Brasil, foi feita uma observação qualitativa, partindo de premissas que justificam a importância da utilização de ferramentas de controle interno, para a otimização dos recursos utilizados na prestação dos serviços e que estes sejam devidamente aplicados, diminuindo o risco de perdas e fraudes. Os resultados obtidos permitiram concluir que ainda existe uma subutilização dos processos operacionais e que, portanto, podemos estar diante de um entre muitos casos em que profissionais da contabilidade podem atuar para sanar problemas de ordem gerencial.

Palavras-Chave: contabilidade gerencial; creche; controles internos; planejamento; terceiro setor.

ABSTRACT

This main subject aims to study the use of management control tools to assist entities of the third sector, in the stage of planning and long-term decisions, specially by kindergartens, in order to emphasize the social context of them. Through the inductive method, has been made a case with a qualitative approach inside the Progetto Tamandaré, located in the county of Tamandaré, state of Pernambuco, Brazil. Starting from assumptions that justify the relevance of the utilization of internal-control tools, to optimize the use of the resources applied on service provision, reducing the risk of losses and fraud. The results allowed us to conclude that there is still an underutilization of the operational processes, therefore, we may be in front of one among many cases, where accounting professionals can act by healing problems of managerial order.

Key words: managerial accounting; kindergarten; internal-control; planning; third sector.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC Activity Based Cost

CEBAS Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social

CFC Conselho Federal de Contabilidade

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFRS International Financial Reporting Standards

ITG Interpretação Técnica Geral

ONG Organização Não Governamental

OSCIP Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PEAS Pesquisa de Entidades de Assistência Social

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	9
1.1 OBJETIVOS	10
1.1.1 Geral	10
1.1.2 Específicos	10
1.2 JUSTIFICATIVA	11
2.REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 CONTABILIDADE GERENCIAL	13
2.1.1 Custeio por absorção	15
2.1.2 Custeio Variável	15
2.1.3 Custeio Pleno	15
2.1.4 Custeio ABC	16
2.1.5 Controles internos e Planejamento	17
2.1.6 Controle Interno	18
2.1.7 <i>Accountability</i> e Controle Interno	19
3.METODOLOGIA	20
3.1 TIPO DE PESQUISA	20
3.2 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	20
3.3. PROCEDER METODOLÓGICO	21
4.ANÁLISE DOS DADOS	22
4.1 AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA ENTIDADE	22
4.2 ENTREVISTA COM O CONTADOR	24
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS.....	26

1. INTRODUÇÃO

Planejamento e controle são duas atividades relevantes em todos os setores da economia pois, “é necessário que a empresa disponha de informações precisas para ter um desempenho adequado” (OLIVEIRA *et al*, 2014) no terceiro setor, enquanto o planejamento especifica o volume de recursos necessários para a realização das demais atividades, o controle das informações não só permite aos gestores atribuírem um diagnóstico sobre a eficiência na aplicação destes recursos, como também garante a transparência da gestão por meio da análise de prestação de contas (OLIVEIRA, 2009).

A Contabilidade, através de seus sistemas de informações “é responsável por traduzir as informações contábeis de forma visual aos *stakeholders*, mostrando a condição financeira da empresa, órgão ou entidade e, com sua linguagem de mensuração econômica é também a parte responsável por dar ciência ao fisco, financiadores e ao público em geral, dos atos financeiros praticados por essas entidades, organizando e registrando-os de acordo com os princípios e normas aplicadas pelos órgãos competentes. Além disso, exerce o seu papel como Ciência Social, auxiliando no desenvolvimento e, portanto, na continuidade das atividades das entidades, subsidiando informações úteis à tomada de decisão e, por isso, indispensáveis para o bom desempenho e manutenção da transparência na gestão dos recursos disponíveis (CAVALCANTE, 2019).

Desempenho e transparência são premissas imprescindíveis, que estão ligadas à permanência das entidades no mercado e prática dos objetivos contidos na sua missão, além de serem indicadores intrinsecamente ligados à sustentabilidade das organizações. A interligação da Contabilidade com a adoção de práticas de gestão se dá, primeiramente, com o *disclosure* contábil permitindo que se verifique as condições financeiras da entidade, tal processo influencia a confiabilidade dos agentes financiadores, através da transparência da gestão e da geração de informações acerca de seu gerenciamento, que necessitam de uma atenção profissional da Contabilidade, para elucidação dos atos e fatos nela contidos pois, “A profissão contábil é uma atividade da qual o resultado do serviço produzido repercute na sociedade, especialmente ante os usuários que se utilizam da informação contábil” (PANGALDI *et al.*, 2017.).

De acordo com os estudos de Silva (2005), as práticas de Contabilidade Gerencial e as entidades do terceiro setor na região metropolitana do Recife, que mostra cerca de 90,5% das entidades utilizando informação contábil para prestar contas aos financiadores, que

correspondem aos stakeholders, que desejam ter a segurança de estarem direcionando recurso de maneira eficiente e eficaz; bem como (81%) as utilizam para controle interno do custo dos serviços prestados, outros (61,9%) o fazem para controle fiscal. Porém, apenas 9,6% utilizam os métodos de custeio de forma consciente, enquanto pelo menos 15 (quinze) instituições, demonstraram pouco ou nenhum interesse em adotar um método de controle de custos.

Para Camelo *et al.* (2006), o controle permanente das contas, em forma de relatórios contábeis consolidados, facilitaria aos julgadores apreciarem, conhecerem e decidirem sobre o gerenciamento e a segurança patrimonial da entidade. Diante do exposto, este estudo buscou responder a seguinte questão de pesquisa:

Qual a percepção do gestor de uma entidade do terceiro setor sobre a relevância do controle interno para auxiliar o planejamento e a tomada de decisão e como este contribui para a melhoria da gestão operacional?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Geral

Demonstrar, através de um estudo de caso, a relevância do controle interno para auxiliar o planejamento e a tomada de decisão e como este contribui para a melhoria da gestão operacional.

1.1.2 Específicos

- Contextualizar o papel social das creches enquanto organizações do terceiro setor, em especial a Associação Padre Enzo, unidade social deste trabalho;
- mapear os controles internos e sua utilização para o planejamento e tomadas decisões gerenciais, na entidade de estudo;
- Aplicar uma entrevista com o gestor responsável pela entidade, para discorrer sobre a estrutura e a percepção dos processos operacionais, integrando a tomada de decisão e planejamento.

1.2 JUSTIFICATIVA

A definição de que, a Contabilidade é um importante instrumento de controle da administração já é amplamente difundida, porém, não é muito difícil encontrar, sobretudo no terceiro setor, entidades que não dispõem de ferramentas ou que utilizam processos arcaicos de controle gerencial. segundo..., isso pode estar relacionado ao fato de muitas dessas organizações “terem surgido por iniciativa de pessoas sem experiência em gestão” e que a “a gestão de empresas privadas ainda é aplicada de forma inadequada em organizações sem fins lucrativos” enfatizando que, muitas vezes, os administradores “possuem alta capacidade técnica, mas apresentam deficiência na capacitação gerencial”. Mário *et al.* (2013) também verificaram que, na maioria das instituições, a falta de conhecimento sobre gestão de custos, por exemplo, se dá pela justificativa de que “grande parte das instituições do terceiro setor “não produzem nada”, por não possuírem fins lucrativos”.

A educação infantil, segundo Campos (1997), se configura como a área que mais retorna à sociedade os recursos nela investidos, isso se reforça sobre fortes argumentos acerca do desempenho posterior dessas crianças, além da garantia de direitos da infância, presentes não só na Constituição como em leis Orgânicas Municipais, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na lei de Diretrizes de Base da Educação, assegurando o direito de todas as crianças ao acesso a creches e pré-escola.

Torna-se pertinente, nesse contexto, averiguar como se dá essa perspectiva, principalmente quando nos afastamos dos centros urbanos, a possibilidade de encontrarmos entidades que, não só compreendam a relevância do controle interno, como aplique as adequações necessárias à sua manutenção dentro dos processos operacionais. Por fim, Mário *et al.* (2013) traz estudos relacionados às práticas de controle gerencial no terceiro setor, concluindo que apesar de efetivas melhorias na utilização de contabilidade gerencial por essas entidades, ainda existe a necessidade de aprimorar o uso em si.

Desempenho e transparência são premissas que estão ligadas à permanência das entidades no mercado e prática dos objetivos contidos na sua missão, além de serem indicadores intrinsecamente ligados à sua sustentabilidade em prol do compromisso com o seu público alvo (CALEGARE *et al.*, 2012). A Contabilidade Gerencial faz uso de dados históricos e estimativos produzidos pelas atividades operacionais e planejamento de ações futuras para o desenvolvimento de novas estratégias de negócio, frente aos credores, sendo considerada, portanto, importante instrumento de gestão (WARREN *et al.*, 2008). A utilização

de sistemas de controle e planejamento auxilia na definição e no alcance de metas, no gerenciamento de custos e nos planos de verificação, sendo o orçamento a principal fonte de comunicação sobre o direcionamento que a entidade pretende tomar e, portanto, os sistemas de controle devem oferecer informações acerca do desempenho do objeto controlado, viabilizando a implantação do planejamento (JIAMBALVO, 2009).

Dada a relevância das entidades ligadas ao terceiro setor, prestando serviços às comunidades, no exercício de sua função social de corrigir distorções de mercado, o avanço do terceiro setor em relação às modernas práticas de gestão administrativa, torna-se oportuno inferir sobre a questão do controle interno produzido pela unidade de estudo, se este é suficiente para auxiliar a tomada de decisão dos agentes administradores, que movimentam e prestam contas, aos seus financiadores, dos recursos utilizados, para assim entendermos o que pode e deve ser utilizado para melhorar o grau de eficiência e eficácia do controle, na aplicação dos recursos, no alcance de metas e na qualidade das prestações de contas à sociedade.

Este trabalho tem a finalidade de estudar se na Associação Pe. Enzo, localizada no litoral sul do Estado de Pernambuco no município de Tamandaré, existe e se são utilizadas ferramentas que produzam informações financeiras sobre o gerenciamento das atividades operacionais e se são acessíveis aos usuários e outros agentes interessados, bem como o nível de percepção dessas informações, sobre como estas contribuem com a eficiência da gestão. Dessa forma, buscando incentivar novos estudos que possam colaborar para atualização de dados referentes ao tema abordado, que possam auxiliar pesquisadores e outros grupos de interesse.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE GERENCIAL

A Contabilidade atua, enquanto ciência social aplicada, subsidiando informações indispensáveis para a mensuração do desempenho por período e transparência na utilização dos recursos disponíveis utilizando, para isso, ferramentas como um adequado Sistema de Informações Gerenciais, possibilitam diferentes visões que, em acordo com as perspectivas dos agentes de interesse, melhoram a dinâmica dos processos operacionais (INNOCENTI *et al.*, 2021). Partindo dessas premissas, imprescindíveis à sustentabilidade das entidades no terceiro setor, bem como sua permanência no mercado e prática dos objetivos contidos em sua missão.

Visto que os instrumentos gerenciais podem ser obtidos através da utilização da contabilidade gerencial no âmbito da gestão, voltamo-nos agora para o fato de (SANTOS; SILVA, 2015) que ainda existe uma subutilização desses processos, o que representa um grande obstáculo no desenvolvimento do terceiro setor de modo geral. E tal função exercida pela contabilidade integra todas as tarefas relacionadas à obtenção, utilização e controle dos recursos dessas entidades no contexto de uma gestão estratégica (INNOCENTI *et al.*, 2021).

Dada a dinâmica da contabilidade gerencial em organizar dados de difícil compreensão, devido à falta de estruturação do volume de dados (SANTOS, 2013; SILVA, 2015). Organizar informações baseadas nos princípios da contabilidade gerencial contribui para uma melhor tomada de decisão e entrega valor a partir do momento em que estas são capazes de mostrar os riscos de forma adequada, pois a contabilidade financeira per si, não é suficiente para uma base confiável sobre decisões futuras (WARREN *et al.*, 2008).

A interligação da Contabilidade com a adoção de práticas de gestão se dá, em um primeiro momento, com o *disclosure* contábil permitindo que se verifique as reais condições da entidade (OLIVEIRA, 2018). Tal processo influencia a confiabilidade dos agentes financiadores, através da transparência da gestão e da geração de informações acerca do gerenciamento dos recursos que estão disponíveis e que necessitam de uma atenção profissional da Contabilidade, para elucidação dos atos e fatos nela contidos. Para tal, criou-se um contexto de regulamentação, sobretudo a partir do Marco Legal que regula as relações entre o Estado e a Sociedade Civil no Brasil, que consiste em um processo que exige cada vez mais especialização das atividades dentro das entidades do terceiro setor (FERRAREZI, 2001, pp,06).

Com o advento da lei 9790/1999, conhecida como a lei das Organizações das Sociedades Civis de Interesse Público (OSCIP), as entidades sem fins lucrativos começaram a se disseminar pelo país, sobretudo entre os anos de 1990 e 2000, ganhando espaços que antes não eram ocupados pelo poder público ou pela iniciativa privada, prestando serviços a populações carentes, recebendo recursos do Estado e doações da sociedade civil, atuando na esfera não estatal e em parceria com o setor privado. Mais recentemente, a resolução do CFC 1.409/2012, aprovou a (Interpretação Técnica Geral) ITG 2002, estabelecendo critérios e procedimentos, para avaliação da estrutura e divulgação das demonstrações contábeis de entidades sem fins lucrativos (MARTINET *et al.*, 2006).

Dois fatores têm contribuído para a percepção de um olhar mais profissional em relação ao terceiro setor, que são: (1) o seu alto nível de crescimento, como já vinha sendo amplamente divulgado pelo (IBGE, 2015) na segunda etapa do PEAS, se referindo a informações coletadas no período de 2014 e 2015, “compreendendo uma gama bem mais ampla e detalhada de estatísticas sobre a atuação, a estrutura e o funcionamento dessas entidades” e, (2) como consequência desse crescimento, o terceiro setor passou a representar uma parcela expressiva na formação do produto interno do país, gerando um fluxo de atividade econômica e novos postos de trabalho. Segundo a Agência de Conteúdo Multimídia Observatório do Terceiro Setor Lima (2021), em 2017 as entidades sem fins lucrativos no Brasil já representavam 1,4% da participação no produto interno do país, movimentando mais de 32 bilhões de reais, envolvendo mais de 12 milhões de pessoas direta e indiretamente em suas áreas de atuação.

Podemos inferir a partir dos dados acima que existe um considerável fluxo de informações financeiras sendo produzidas por entidades do terceiro setor, segundo Silva (2005), em seu estudo sobre as práticas de Contabilidade Gerencial e as entidades do terceiro setor na região metropolitana do Recife, cerca de 90,5% das entidades utilizavam informação contábil para prestar contas aos financiadores, que correspondem aos *stakeholders*, que desejam ter a segurança de estar direcionando recursos de maneira eficiente e eficaz, bem como (81%) a utilizam para controle interno do custo dos serviços prestados, outros (61,9%) fazem uso dela apenas para controle fiscal. Porém, apenas 9,6% utilizam os métodos de custeio de forma consciente, enquanto pelo menos 15 (quinze) instituições, demonstraram pouco ou nenhum interesse em adotar um método de controle de custos.

A utilização de instrumentos gerenciais, no contexto das atividades relacionadas ao terceiro setor, tem ainda o orçamento como um plano de aquisição e uso dos recursos, representando as metas da gestão, que atinge sua eficácia através de um adequado

planejamento e controle interno, de maneira a evitar desperdícios e outros tipos de perdas. A elaboração do orçamento possibilita a alocação de recursos a cada parte das entidades, observando necessidades e oportunidades de negócio, que para tal exige um adequado controle de custos, podendo ser aplicados os seguintes métodos de custeio:

2.1.1 Custeio por absorção

Consiste na apropriação dos custos aos bens elaborados como explica Padoveze (2006, pp. 333-334) o custo da produção considera os gastos diretos e indiretos, fixos e variáveis”; é o mais adequado para entendermos como a produtividade afeta os custos da organização e além de ser obrigatório para as corporações que se enquadram no regime legal, ainda contribui para a tomada de decisões de longo prazo. Esta ferramenta de custos é bastante importante para avaliar os estoques de produção, pois tem o seu resultado baseado na quantidade produzida, assim todos os custos fixos são atribuídos aos produtos e estes devem ser tratados contabilmente, de forma diferenciada através dos métodos de controle de estoque.

2.1.2 Custeio Variável

O custo é alocado ao serviço prestado, enquanto os gastos fixos são levados a resultado no período, partindo da ideia de que estes são difíceis de identificar, por isso são tratados como despesa, sendo custo apenas o que foi utilizado durante o processo de produção, no entanto, esse método de custeio está relacionado à quantidade dos produtos vendidos e contribui para análise da margem de contribuição para conhecermos o lucro na venda desses produtos. Os custos fixos são tratados como despesas operacionais, já no custeio por absorção estes são registrados como custo dos produtos vendidos.

2.1.3 Custeio Pleno

É utilizado para fins gerenciais, portanto, auxiliando o gestor na economia de gastos, pois apropria todos os custos como despesa, segundo afirmam Limongi, em um trabalho para o Congresso Brasileiro de Custos em João Pessoa – PB:

O custeio integral ou RKW é basicamente utilizado para fins de controle dos custos e análise gerencial. Sua importância está em auxiliar o gestor no controle e planejamento do total dos custos e despesas, bem como facilitar a minimização dos gastos totais de uma empresa num determinado período. As empresas utilizam esse método para saber o custo total do produto e aplicar o markup, que é o percentual de lucro que a empresa espera obter na venda de seu produto (IMETON E LAFFIN, 2007, p. 07).

O diferencial do custeio pleno é avaliar o impacto do aumento ou diminuição do custo de um produto no seu preço final. É, portanto, utilizado para definir o preço de venda, atribuindo custos e despesas à margem de lucro.

2.1.4 Custeio ABC

Utiliza direcionadores de gastos a serem distribuídos de forma mais realista aos produtos, “a alocação dos custos pode ser direta, quando se pode identificar claramente os itens relacionados à atividade” (MARTINS, 2010), e o rateio baseia-se na identificação da atividade com a geração do gasto, isso quando não há possibilidade de rastrear e alocar diretamente.

Nesse sentido, tanto as organizações que têm o lucro como finalidade, quanto aquelas que não o almejam, utilizam o planejamento estratégico como ferramenta gerencial. A utilização de ferramentas contábeis gerenciais no controle interno das entidades auxilia o processo de tomada de decisão, de maneira a tornar-se possível visualizar suas principais necessidades e eleger suas prioridades mais relevantes (OLIVEIRA *et al.*; SOUZA, 2014).

Os mesmos autores (*ibid*) reportam que 87,5% das entidades que participaram de sua pesquisa concordam plenamente acerca da importância que os instrumentos de controle e gerenciamento têm sobre o desempenho. Além disso, essas entidades precisam captar recursos para manutenção de suas atividades e para que os repasses sejam garantidos pelos seus mantenedores é necessário que haja um certo grau de transparência e clareza na missão e objetivos da entidade e a contabilidade proporciona ferramentas confiáveis para a criação de um sistema de controle e aplicação de uma gestão mais efetiva.

Uma das principais funções da Contabilidade Gerencial é prover informações relacionadas ao desempenho, para isso, aplica-se os Princípios Globais da Contabilidade Gerencial, que se somam aos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos e às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), no sentido de orientar contadores e administradores a alcançarem o sucesso da gestão, apoiando a tomada de decisão, contribuindo para um desempenho financeiro sustentável das organizações (INNOCENTI *et al.*, 2021).

Das atribuições do Gestor Financeiro podemos citar, não somente, mas principalmente: a responsabilidade pela captação e uso dos recursos, elaboração e divulgação de relatórios sobre a forma de utilização desses recursos e como eles têm contribuído para o cumprimento dos objetivos da organização, monitorando e avaliando as atividades com o uso de dados financeiros corretos e atualizados (SANTOS & COSTA, 2013).

Além disso, a geração de relatórios internos possibilita o diálogo e compartilhamento de informações e conhecimento por áreas distintas, entre equipes que trabalham de forma colaborativa. Por isso, esses princípios produzem padrões para a aplicação da Contabilidade Gerencial que se baseiam na comunicação, produzindo informações que influenciam a tomada de decisão, discutindo metas de custos com os colegas e parceiros de negócio, produzindo relatórios sobre os procedimentos da gestão da organização, onde são analisados e discutidos os direcionadores de custos, para que possam ser geridos de forma eficaz. Isso torna a informação relevante, pois gera uma base de dados para compararmos a medida dos direcionadores dos custos que são conhecidos ao longo do tempo, fornecendo parâmetros para a análise do impacto na geração de valor (INNOCENTI *et al.*, 2021) e assim, projetar os procedimentos para a melhoria dos resultados e desenvolvimento, mais apropriados ao cenário externo.

A Contabilidade Financeira fornece informações baseadas no desempenho passado para explicar a situação presente, no sentido de garantir a confiança e a fidelidade dos financiadores, bem como a efetividade do uso dos recursos financeiros em relação à tomada de decisão. Já a Contabilidade Gerencial identifica estratégias capazes de melhorar o valor presente líquido da entidade, alocando recursos, implementando e acompanhando as estratégias utilizadas para o cumprimento dos objetivos. As três principais decisões que uma entidade - seja com ou sem fins lucrativos - precisa tomar são: as relacionadas ao Investimento, acerca dos projetos a serem realizados; Finanças, sobre a obtenção dos recursos necessários para a realização dos projetos e; Fluxos de Caixa, sobre quanto deve ser mantido para as necessidades de caixa. E para que as informações da Contabilidade Gerencial sejam, de fato, úteis e ajudem os gestores a tomarem estas e outras decisões, devem ser observadas as características qualitativas de melhoria da informação contábil, pois esta precisa ser compreensível para o usuário que pretende verificá-la, comparável ao longo do tempo e estar disponível no tempo adequado à tomada de decisão.

Lima (2013) aponta para o problema de quando os gerentes “tentam utilizar informações contábeis geradas para usuários externos, para fins gerenciais”, ressaltando a importância da Contabilidade de Custos para geração de informação para o usuário interno e apoio à Contabilidade Gerencial.

2.1.5 Controles internos e Planejamento

Dada a relevância das creches nos primeiros anos da infância, torna-se implícita a necessidade de mantê-las como ambientes que ofereçam condições ao desenvolvimento e conforto dessas crianças e, portanto, um bom planejamento e controle são primordiais para que essas condições sejam atendidas, referente a isto Jimbalvo (2009) diz que é necessário um plano que disponha de informações precisas para ter-se um adequado direcionamento. O planejamento é, portanto, o plano que direciona as organizações para que consigam atingir os seus objetivos. Por outro lado, para que essas informações sejam precisas é necessário um controle dos fluxos de caixa, dos materiais que são adquiridos para estoque e, se for o caso, dos insumos e ativos biológicos utilizados na produção e venda de alimentos (hortas) ou de trabalhos manuais que sejam confeccionados e comercializados.

O processo que mantém uma organização sob controle, consiste em etapas, como explica Atkinson *et al.* (2008), que passam por: a) desenvolver um plano que represente o que a entidade considera importante, b) executá-lo por meio de ações, c) monitorar os efeitos das ações, d) comparar os resultados com os objetivos, e) corrigir as falhas para que todo o sistema funcione sob controle.

2.1.6 Controle Interno

O Controle contábil, segundo Attie (1985, p.81) corresponde aos métodos e procedimentos relacionados à salvaguarda do patrimônio, enquanto o Controle Administrativo compreende os processos relacionados à eficiência da política de negócios das empresas. Entre as práticas que possibilitam a aplicação de um Controle Interno estão: (a) segregação de funções, através da autonomia na execução dos processos operacionais; (b) uso de um sistema de autorização através de métodos de aprovação de acordo com os níveis de responsabilidade e risco; (c) determinar funções e responsabilidades; (d) fazer rodízio de funcionários; e (e) atuar com base na legislação vigente.

O mesmo autor (*ibid*, p.120) ressalta a importância de procedimentos periódicos que garantam a manutenção do Controle Interno, como a (a) assegurar a confiabilidade da documentação, que consiste na utilização de documentos hábeis; (b) realizar a conciliação das contas entre as diferentes fontes de informação; (c) Analisar a composição dos itens e (d) a manutenção de um plano de contas.

Por fim, um bom controle interno passa por uma gestão de custos. Segundo Marques (2010), o custo expressa em valores monetários tudo que é consumido pela atividade operacional e aplicado na sua realização. A gestão de custos passou, portanto, de uma simples

ferramenta de avaliação de estoques e lucros para importante instrumento de controle e tomada de decisões (MARTINS, 2011). A implantação de procedimentos de controle deve considerar inclusive o custo para implementá-lo, verificando sempre se os efeitos que este pode ter sobre a atividade operacional serão relevantes, em relação aos benefícios (ATTIE, 2000 p.122).

2.1.7 *Accountability* e Controle Interno

Todo sistema contábil deve estar apoiado em um controle interno eficaz, Bordin e Saraiva (2005) defendem que informações mal elaboradas podem comprometer significativamente o processo de tomada de decisão e que erros involuntários, ou até mesmo fraudes, podem ocorrer quando não existe um controle interno eficiente. É preciso para isso que as pessoas envolvidas no processo de registro dessas informações estejam preparadas para “advertir tempestivamente qualquer variação importante”. Engajar o lado humano é o grande desafio na implantação de um Sistema de Gerenciamento Interno (SIG), isso implica em corrigir os erros e localizar desvios negativos, pois o controle das pessoas vem antes do controle das coisas.

Os mesmos autores (*ibid*) explanam que esse controle deve ser feito de maneira que seja possível verificar se as pessoas envolvidas no processo estão motivadas acerca dos ganhos obtidos pela implementação do sistema, de maneira que este não exerça restrições ao comportamento com normas coercitivas que possam limitar a criatividade dos colaboradores, provocando efeitos disfuncionais.

Segundo Oliveira (2009) *Accountability* é uma palavra anglo-saxã que não possui tradução para o português e se refere a um conceito utilizado na realização do controle dos processos organizacionais, que está intrinsecamente ligado à definição de Controladoria que é um conjunto de técnicas, teorias e conceitos relacionados à gestão organizacional e que, portanto, agrega valor e confere segurança às informações que estão sendo divulgadas.

Existe também a interpretação clássica de que *Accountability* refere-se à “obrigação de prestar contas, em função da responsabilidade que decorre da delegação de poderes” e, portanto, a entidade deve prestar contas em função de sua importância, frente à sociedade e demais *stakeholders*. Os autores concluem que, ao manter uma boa imagem por meio da transparência na prestação de contas, a entidade reflete uma boa imagem, conseguindo não só

manter-se no setor, como atrair novos doadores (NAKAGAWA 1987, p. 17 apud OLAK e NASCIMENTO, 2010, p. 21).

3. METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa se justifica qualitativa dada a natureza da realidade em que se encontra e do tipo de método investigativo, buscando verificar a percepção dos agentes de controle interno, acerca da produção de dados para a apresentação de informações úteis à tomada de decisão e que se caracterizam pela análise e evidenciação dessas informações e pela atenção às premissas orçamentárias, para auxílio aos usuários e agentes de interesse (SILVA, 2005).

Portanto, através de um estudo de caso, tendo como unidade social de investigação da pesquisa o Progetto Tamandaré, por meio da Associação Padre Enzo, localizada no litoral sul do Estado de Pernambuco, no município de Tamandaré. A entidade assiste mais de 500 (quinhentas) crianças, jovens e adolescentes, beneficiando cerca de 300 (trezentas) famílias, de acordo com fontes no endereço eletrônico da instituição.

Para a coleta dos dados, foram utilizados um questionário estruturado e uma entrevista semiestruturada, baseada em um roteiro predefinido para atender à finalidade da pesquisa. Pois, o objetivo dessas técnicas de investigação científica é “garantir a acurácia e a precisão, visando mensurar características e atributos relacionados a pessoas, organizações e processos” (COELHO *et al.*, 2020).

3.2 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo se delimita por meio de uma pesquisa qualitativa de estudo de caso, realizada entre os meses de julho e setembro do ano de 2022, acerca de questões que respondam se o Progetto Tamandaré, através da Associação Padre Enzo, localizada no litoral sul do Estado de Pernambuco, no município de Tamandaré, possui e utiliza a contabilidade gerencial para a gestão de suas operações.

O Progetto Tamandaré nasceu em 1995 com a criação da Creche Solidariedade, para agir no problema de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade que viviam no bairro do Oitizeiro em Tamandaré, estado de Pernambuco. A creche foi fundada pelo Pe. Enzo, que era o pároco da cidade na época. Hoje é composto por duas associações que atuam

no Brasil e na Itália, a *Gisal Onlus* é uma instituição que mobiliza doações na Itália, que são aplicadas no projeto no Brasil e a Associação Pe. Enzo administra os recursos, aplicando-os diretamente no centro de solidariedade e em outras iniciativas.

O Progetto também oferece assistência social, formação humana e educação por meio de apoio escolar, com espaço para o desenvolvimento das potencialidades dos atendidos. Localizada no município de Tamandaré, no litoral sul do Estado de Pernambuco, a instituição atende cerca de 500 crianças de 2 a 15 anos, em sistema de contraturno escolar, onde são oferecidos cursos de informática, padaria, gastronomia, aulas de capoeira, percussão e horta educativa. E este trabalho tem como objetivo, verificar se existem instrumentos de controle gerencial e se estes são utilizados pela gestão da instituição que será o objeto deste estudo.

Consideremos para fins de estudo que, ao utilizar instrumentos gerenciais no modelo de negócios, a gestão incorpora informações sobre os recursos, que são gerenciados por controles internos, desempenhados por funcionários, com a supervisão do contador, que muitas vezes presta serviços terceirizados; que a gestão interna acontece nas decisões operacionais e que a externa se refere a negociação de valores dos repasses dos convênios assinados com os financiadores públicos e privados; que um bom relacionamento com os *stakeholders* passa pelo gerenciamento dos indicadores financeiros e um bom nível de *accountability*, bem como por garantir a transparência na aplicação dos recursos. A contabilidade gerencial torna-se, nesse contexto, essencial para suprir a falta de parâmetros na tomada de decisões. A partir disso, torna-se possível estabelecer padrões para o planejamento e mensuração dos resultados, além de avaliar o desempenho da gestão da entidade.

3.3. PROCEDER METODOLÓGICO

A pesquisa se justifica qualitativa e por meio da utilização do método indutivo, buscou-se verificar a produção de dados para a apresentação de informações úteis à tomada de decisão e evidenciação por meio de ferramentas de controle gerencial e a forma de utilização dessas informações em atenção às premissas orçamentárias, para auxílio aos usuários e agentes de interesse.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Estudar um caso em profundidade, muitas vezes, requer esforços por parte do pesquisador, que deve buscar entender a complexidade dos fenômenos de natureza social e de difícil quantificação. Examinar aspectos particulares da vida de um grupo em sua realidade concreta, geralmente acaba expondo problemáticas mais abrangentes, de ordem estrutural e o grande desafio para o pesquisador é “fazer o cruzamento entre a teoria emergente e o referencial teórico” (FREITAS & JABBOUR, 2011). O mesmo autor (*ibid*) ainda aponta para o fato de certos pesquisadores que utilizam o estudo de caso como estratégia de pesquisa enfrentam o descrédito, dadas as limitações metodológicas deste tipo de abordagem teórica.

Nesse contexto, para a realização dessa pesquisa foram coletados depoimentos da diretoria financeira da entidade, bem como do contador responsável pela assinatura das demonstrações financeiras da mesma. Dessa forma, foi possível manter contato contínuo através de aplicativo (*Whatsapp*) de mensagens, onde foram coletados depoimentos em formato de áudio, que evidenciam e “clarificam os conceitos contidos na teoria” como descrito em Marconi *et al.* (2003), sobre a relação entre a pesquisa empírica e os conceitos teóricos, quando do momento que se verifica que, embora seja reconhecida, por esta entidade, a importância da implementação de uma adequada gestão de custos, esta ainda se encontra em sua fase inicial e, por esse motivo, seria razoável a conclusão de que, sem uma assessoria adequada, uma gestão ainda incipiente, no sentido de uma gestão de custos eficiente, pode acabar enfrentando alguns desafios sobretudo na fase de implementação.

4.1 AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA ENTIDADE

A instituição estudada mantém informações sobre suas atividades em formato de notícias e possui uma área dedicada à prestação de contas no site oficial, onde detalha em ordem cronológica os acontecimentos, ações e eventos realizados, bem como a divulgação das demonstrações contábeis que consistem no balanço patrimonial, demonstração do resultado do período, demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto, demonstração das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas.

Além disso, é possível verificar que a instituição venceu o prêmio Melhores ONGs por três anos consecutivos, na categoria melhor instituição do Estado de Pernambuco, ficando também entre as 100 melhores do país. O prêmio é destinado às instituições do terceiro setor

que possuem excelência em governança, gestão, sustentabilidade e transparência. A iniciativa surge pela ideia de que "as organizações devem trabalhar de acordo com padrões adequados de gestão, planejamento e transparência." e, além disso, "ampliar a cultura de doação no Brasil."

O primeiro contato com a entidade foi feito por intermédio da gestora financeira como autoridade representante do controle interno, que se dispôs a responder o questionário contendo questões referentes ao planejamento e controle interno da entidade. Em seguida, foi realizada uma pequena entrevista semiestruturada com o Contador, responsável pelas demonstrações financeiras, com o propósito de entender como ocorre o diálogo entre a gestão operacional e os registros contábeis.

Nesse sentido, verificou-se que, embora a gestão, quando questionada sobre a importância do diálogo com os agentes responsáveis pela contabilidade, concorde que a atividade operacional esteja trabalhando paralelamente com a contabilidade no sentido de reduzir os custos, a resposta do contador deixou evidente apenas o fato de que o controle era feito por meio da análise de dados financeiros fornecidos pelos dirigentes, além de demandas discutidas em reuniões específicas sobre o tema. Afirmando ainda que o objetivo, nesses casos, é "fazer mais, com menos recursos financeiros e para isso é preciso que haja interação entre todos os setores da entidade."

Ainda sobre o controle interno, a gestora financeira também afirma que a entidade possui um sistema de gerenciamento de informações, este, porém atua apenas em função da captação de recursos, no entanto, segundo as palavras da entrevistada, a parte de custos e controle de estoque estão em fase de implementação, no momento em que esta pesquisa foi realizada e que pode levar, ainda, algum tempo para que ele esteja funcionando de forma sistemática. Sobre a importância do controle, a percepção da gestora é a de que "começamos a implantação do sistema pela captação (de recursos), por considerarmos mais importante, mas o setor financeiro ainda não está atuando com este sistema (no momento), toda a nossa gestão é feita através de uma planilha de Excel. Acreditamos que a implementação do sistema será a última peça."

O controle interno é portanto realizado através de registros de entradas e saídas, armazenados em planilhas para fins gerenciais, comprovando a afirmação de que os processos operacionais estão subutilizados, do ponto de vista gerencial, sob a justificativa de que "não há uma setorização, onde esses custos devam ser tratados de forma diferenciada", de acordo com o relato do contador da entidade, "a isenção de 100% do CEBAS, faz com que toda a despesa seja rateada para a consecução dos objetivos sociais".

4.2 ENTREVISTA COM O CONTADOR

Outro ponto importante deste trabalho, diz respeito à relação entre a Contabilidade da entidade e o seu processo decisório verifica-se, nesse aspecto que, embora a gestora concorde com o fato de que a contabilidade contribui com os assuntos gerenciais, ela não tem participação direta no processo orçamentário, mas, em suas palavras “...é sempre consultada no que se refere a temas financeiros ou que envolvam pessoal.”. Quando a mesma pergunta é feita ao contador, obtém-se uma resposta mais ampla em relação a contribuição das Ciências Contábeis, no sentido, de divulgar informações relevantes, de forma fidedigna e livre de erro, garantindo a transparência na utilização dos recursos. Além disso, a gestora também concorda que a entidade utiliza informações extraídas da contabilidade para prestar contas de eventos e demonstrar a viabilidade de projetos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da problemática acerca da percepção dos agentes sobre a importância da utilização de instrumentos de controle gerencial, tema deste trabalho, conclui-se que, apesar de a gestão financeira manter um diálogo ativo com o escritório de contabilidade responsável pela elaboração das demonstrações contábeis da entidade, o fato de o Sistema de Informações Gerenciais está ainda em fase de implementação, compromete sobremaneira o objetivo de verificar se este contribui com a melhoria da gestão. No entanto, ao buscarmos identificar padrões que possam levar à generalização de problemas de pesquisa, acabamos nos deparando com outras respostas, quando não a que buscamos a priori, se pensarmos positivamente, encontraremos a chance de fazer novos questionamentos, neste caso, podemos refletir acerca do custo de oportunidade de ainda não se ter a disponibilidade de um sistema capaz de gerenciar informações e, a partir disso, pensarmos a respeito de outros casos como este, que podemos certamente encontrar pelo país.

Dessa forma, é possível afirmar que o objetivo específico de estudar a estrutura dos processos gerenciais em entidades do terceiro setor, identificando o seu caráter ainda incipiente em relação a implementação de um sistema de informações gerenciais, com a utilização de planilhas para o controle de informações, bem como a ausência de uma assessoria contábil, estando a Contabilidade ausente dos processos de planejamento e decisão, atendendo a demandas e necessidades da entidade, apenas quando solicitado; foi atingido de forma satisfatória.

Com isso pode-se inferir que apesar de reconhecerem a importância de utilizar ferramentas de controle interno, para o sucesso nas etapas de planejamento e cumprimento de metas, bem como avaliar o desempenho da gestão e economizar gastos, a entidade demonstra que ainda possui um sistema de controle em fase inicial de implementação, o que implica em um custo de oportunidade, em relação aos benefícios apresentados.

Para além dos objetivos abordados neste trabalho, prevalece o desafio de chamarmos a atenção para o objetivo de aproximar o profissional contábil das necessidades sociais em que ele possa atuar como consultor, auxiliando outros agentes a solucionarem problemas de ordem gerencial. E sugere-se, ainda, que estudos posteriores aplicados ao tema busquem reforçar a relevância da utilização da Contabilidade Gerencial em entidades do Terceiro Setor, para garantir a continuidade da produção científica nas áreas das Ciências Contábeis.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida. Como Preparar Trabalho Para Curso de Pós- Graduação: Noções práticas. 5 ed. São Paulo.
- ATTIE, William. Auditoria: conceitos e aplicações. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- BORDIN, Patrícia; SARAIVA, Cristiane Jardim. O controle interno como ferramenta fundamental para a fidedignidade das informações contábeis. Revista eletrônica de Contabilidade, v. 2, n. 3, p. 218-218, 2005.
- CALEGARE, Leandra; PEREIRA, Breno Augusto Diniz. Auxílio da contabilidade na sustentabilidade econômica e financeira das Entidades do Terceiro Setor. In: Congresso Internacional Responsabilidade e Reciprocidade. 2012. p. 144-152.
- CAMELO, Augusto César Oliveira; CAMELO, Érika Patrícia de S. Martins; DE BRITO PAULINO, Tatiana Cristina. A importância do gerenciamento contábil para as organizações do terceiro setor. Enfoque: Reflexão Contábil, v. 25, n. 2, p. 41-54, 2006.
- CAMPOS, Maria Malta. A constituinte e a educação da criança de 0 a 6 anos. In: Cadernos de Pesquisa, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 59, p. 57-65, novembro de 1986.
- CAVALCANTE JUNIOR, F. C.; CUNHA, M. de C. da; INOCÊNCIO JUNIOR, J.; CEOLIN, A. C. A contribuição dos Sistemas de Informação Gerenciais nas áreas de finanças e contabilidade de uma Prefeitura do estado de Pernambuco. Refas - Revista Fatec Zona Sul, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 33-50, 2019. Disponível em: <https://revistarefas.com.br/RevFATECZS/article/view/359>. Acesso em: 8 dez. 2022.
- COELHO, Jorge APM; SOUZA, Gustavo HS; ALBUQUERQUE, Josmário. Desenvolvimento de questionários e aplicação na pesquisa em Informática na Educação. Metodologia de Pesquisa em Informática na Educação: Abordagem Quantitativa de Pesquisa. Porto Alegre: SBC. Série Metodologia de Pesquisa em Informática na Educação, v. 2, 2020.
- FERRAREZI, Elisabete. O novo marco legal do terceiro setor no Brasil. Retrieved November, v. 14, p. 2003, 2001.
- FREITAS, Wesley RS; JABBOUR, Charbel JC. Utilizando estudo de caso (s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. Revista Estudo & Debate, v. 18, n. 2, 2011.
- IBGE- Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protecao-social/9021-pesquisa-de-%20entidades-de-assistencia-social-privadas-sem-fins-%20lucrativos.html?%20=&t=resultados/%3E> Acesso em 19 de março de 2022.
- INNOCENTI, Renícia; GASPARETTO, Valdirene. Práticas de Contabilidade Gerencial no Terceiro Setor: O Desafio da Gestão Eficiente. Administração Pública e Gestão Social, 2021.

- JIAMBALVO, J. Contabilidade gerencial. Rio de Janeiro: LTC, 2009
- Lima, Mariana. O Brasil tem 815 mil organizações da sociedade civil, **Observatório do Terceiro Setor**, 09/09/2021. Disponível em: [Mapa das OSCs: Brasil tem 815 mil organizações da sociedade civil \(observatorio3setor.org.br\)](https://observatorio3setor.org.br/Mapa-das-OSCs-Brasil-tem-815-mil-organizacoes-da-sociedade-civil) Acesso em: 04 de fevereiro de 2022.
- LIMA, Victor José Moura de. Informações contábeis para a tomada de decisão: um estudo de caso em uma indústria de médio porte. Pernambuco: UFPE, 2013.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MÁRIO, Poueri do Carmo et al. A utilização de instrumentos de contabilidade gerencial em entidades do terceiro setor. Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 8, n. 1, 2013.
- MARQUES, W. L. Custos. Paraná: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.
- MARTINET, Letícia; MARTONE, Cardoso; GIL, Antônio Carlos. Desafios à gestão de ONGs: OSCIPS do Grande ABC. Anais... III SEGET, Rio de Janeiro, 2006.
- MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor): 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- OLIVEIRA, Adson Rafael Barreto. Disclosure contábil no terceiro setor: um estudo de caso em uma associação de pessoas com necessidades especiais na cidade de Feira de Santana-Ba. 2018.
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo; SOUZA, Alice Fernandes Cunha. Contabilidade Gerencial: um estudo acerca do planejamento e controle em creches. Revista Mineira de Contabilidade, v. 1, n. 53, p. 16-24, 2014.
- OLIVEIRA, Josenaldo Bezerra de. O controle interno frente à accountability: o caso do estado de Roraima. - Manaus: UFAM, 2009.
- PANGALDI, Cristiane; BOLOGNESI, Roselaine. A contabilidade do terceiro setor e a Lei de Cebas. UNIVERSITAS, n. 21, 2017.
- Prêmio Melhores ONGs de 2022, Disponível em: <https://www.premiomelhores.org/sobre-o-premio/> Acesso em 16 de abril de 2022.
- Projeto Tamandaré associação Padre Enzo, Disponível em: <https://projegotamandare.org.br/2022/04/04/newsletter-marco-2022/>
- RIZZO, G. Creche: montagem e funcionamento. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- SANTOS, Luciana Cristina Machado; DA COSTA, Ines Teresa Lyra Gaspar. GERÊNCIA FINANCEIRA NA PRÁTICA: O papel do Gestor Financeiro dentro das Pequenas e Médias Empresas no Brasil. Revista Unijorge. Salvador, 2013.

SILVA, Ana Carolina Miranda da. Práticas de contabilidade gerencial em organizações do terceiro setor: um estudo na região metropolitana do Recife. 2005.

WARREN, C. S.; REEVE, J. M.; FESS, P. E. Contabilidade gerencial. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005. P. 29.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS EAD

**APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado/a para participar da pesquisa: "xxxxxxxx", realizada pela aluna xxxxxx da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob a responsabilidade de orientação da Prof. Dr. Álvaro Pereira de Andrade e da Coorientadora Prof. Dra. Ana Lúcia Fontes de Vasconcelos. O objetivo desta pesquisa é xxxxxxxxxxxx.

Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. A sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com os pesquisadores ou com a Instituição. O produto que será usado nesta pesquisa, com sua participação, será trechos de falas do depoimento realizado conforme seu consentimento. Será assegurado o sigilo das informações pessoais e a sua identidade não será publicada em nenhuma hipótese.

O produto da pesquisa será materializado através de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e publicado na plataforma Atena da UFPE. Havendo dúvidas a respeito da pesquisa, a organização será esclarecida a respeito em qualquer aspecto que desejar, através do e-mail do orientador (alvaro.andrade@ufpe.br) e da coorientadora (ana.svasconcelos@ufpe.br).

Seu nome completo e assine

Aluno de graduação da UFPE.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu concordo em participar da pesquisa e declaro que fui devidamente informado/a e esclarecido pelo/a pesquisador/a sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Estou ciente de que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____

Nome: _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____